

SERVIÇO SOCIAL E EXTENSÃO RURAL QUESTÃO AGRÁRIA, QUESTÃO SOCIAL E A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATER¹ PARANAENSE²

*SOCIAL WORK AND RURAL EXTENSION AGRARIAN QUESTION, SOCIAL QUESTION
AND THE INSERTION OF THE SOCIAL WORKER AT ATER PARANAENSE*

*TRABAJO SOCIAL Y EXTENSIÓN RURAL CUESTIÓN AGRARIA, CUESTIÓN SOCIAL Y
LA INCORPORACIÓN DEL TRABAJADOR SOCIAL EN LA ATER DE PARANÁ*

José Carlos do Amaral Junior³

Resumo

Esse trabalho buscou refletir sobre a inserção dos assistentes sociais na política de extensão rural, a partir da relação existente entre “questão agrária” e “questão social”. Por meio de um estudo de revisão bibliográfica, promoveu uma análise que possibilitou compreender as contingências históricas de demanda pelo profissional do Serviço Social, revelando as questões que envolvem sua inserção na extensão rural, especificamente no caso do Paraná. Pode-se perceber que a demanda por assistentes sociais é relativamente recente; tem a marca das mudanças sociais em torno das políticas agrárias que marcaram a década de 1990. Assim, entende-se que a inserção dos assistentes sociais ocorreu tanto pela supressão da formação dos economistas domésticos, anteriormente considerados os profissionais prioritários para as equipes, quanto pelo surgimento de uma tendência de enfrentamento da “questão agrária” por intermédio das políticas sociais. Esse contexto geral de demanda dos assistentes sociais coloca questões importantes para a reflexão, como a necessidade de superar o caráter fragmentado de percepção do profissional apenas como executor de políticas sociais, a proximidade problemática com o escopo dos economistas domésticos e a necessidade de apreensão da “questão agrária” como parte das expressões da “questão social”.

Palavras-chave: extensão rural; questão agrária; serviço social.

Abstract

This work sought to reflect on the insertion of social workers in rural extension policy, based on the relationship between “agrarian question” and “social question”. Through a bibliographic review study, it promoted an analysis that made it possible to understand the historical contingencies of demand by the Social Work professional, revealing the issues surrounding their insertion in rural extension, specifically in the case of Paraná. It can be seen that the demand for social workers is relatively recent; it has the mark of social changes around agrarian policies that marked the 1990s. Thus, it is understood that the insertion of social workers occurred both by suppressing the training of home economists, previously considered the priority professionals for the teams, and by the emergence of a tendency to face the “agrarian question” through social policies. This general context of demand from social workers raises important questions for reflection, such as the need to overcome the fragmented character of the professional's perception only as an executor of social policies, the problematic proximity to the scope of home economists, and the need to apprehend the “agrarian question” as part of the expressions of the “social question”.

Keywords: rural extension; agrarian question; Social Work.

Resumen

¹ Assistência Técnica e Extensão Rural.

² Esse artigo foi adaptado para publicação a partir do trabalho de conclusão de curso “Extensão Rural e Serviço Social: análise das contingências históricas do assistente social na prática extensionista paranaense”, apresentado em 26/06/2020 como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

³ Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Economista Doméstico, Assistente Social e Historiador. E-mail: jcamaral1987@gmail.com.

Este trabajo trató de reflexionar sobre la incorporación de los trabajadores sociales en la política de extensión rural, a partir de la relación existente entre la “cuestión agraria” y la “cuestión social”. Por medio de un estudio de revisión bibliográfica, realizó un análisis que permitió comprender las contingencias históricas de la demanda de profesionales del Trabajo Social, revelando las cuestiones que implican su inserción en la extensión rural, específicamente en el caso de Paraná. Se puede percibir que la demanda de trabajadores sociales es relativamente reciente; tiene la marca de los cambios sociales alrededor de las políticas agrarias que marcaron la década de los 90. De esa manera, se entiende que la incorporación de los trabajadores sociales se dio tanto por la supresión de la formación de economistas domésticos, anteriormente considerados prioritarios en los grupos de trabajo, cuanto por el surgimiento de una tendencia de enfrentamiento de la “cuestión agraria” por intermedio de las políticas sociales. Ese contexto general de demanda de trabajadores sociales presenta cuestiones importantes a la reflexión, como la necesidad de superar el carácter fragmentario de la percepción del profesional solo como ejecutor de las políticas sociales, la proximidad problemática con el perfil de los economistas domésticos y la necesidad de aprehensión de la “cuestión agraria” como parte de las expresiones de la “cuestión social”.

Palabras-clave: extensión rural; cuestión agraria; trabajo social.

1 Introdução

A extensão rural é uma política implementada por meio de uma parceria público-privada entre o Governo Brasileiro e a *American International Association for Economical and Social Development*, ou Associação Internacional Americana (AIA), no final da década de 1940. Surgiu como um desdobramento da Missão Rockefeller que, entre suas conclusões, apontava para a necessidade urgente de “modernizar” o campo brasileiro enquanto condição para o desenvolvimento nacional (PEIXOTO, 2008). A aproximação com a referida entidade, longe de ser ocasional, revela o contexto político pós-II Guerra de relacionamento dos EUA com os países periféricos com um duplo viés: garantir a reprodução do capitalismo monopolista de proporções mundiais, consolidado em sua fase imperialista estadunidense desde o fim do conflito mundial; e controlar o avanço do bloco comunista, pois os países periféricos eram frequentemente identificados como mais suscetíveis à adesão (OLIVEIRA, 2013).

São de certa forma consensuais entre os autores⁴ que fazem uma análise histórica da extensão rural no Brasil dois elementos: primeiro, que ela foi estruturada massivamente em torno dos interesses de aproximação dos EUA com o Governo Brasileiro; e segundo, que ela estava pautada em uma dicotomia entre atrasado x moderno prevalente à época, que imputava ao campo um papel decisivo no projeto de desenvolvimento econômico do país. A extensão rural se constituiu, dessa forma, em um projeto educativo do capital para as populações do campo dos países periféricos, quase sempre assolados pelo analfabetismo, pelas condições precárias de vida e de produção e pela ausência quase completa de políticas públicas de qualquer natureza (FONSECA, 1985).

⁴ Como Peixoto (2008), Fonseca (1985) e Pinheiro (2016).

Dados os elementos históricos de sua implementação, interessa compreender os contornos ideológicos que a extensão rural assumiu no Brasil do fim da década de 1940 aos dias atuais. É de Rodrigues (1997) a classificação usualmente mais aceita de que a extensão rural assumiu historicamente pelo menos três modelos distintos: o humanismo assistencialista, o difusionismo-produtivista e o humanismo crítico. O primeiro modelo, que parece ter prevalecido entre 1948-1964, é identificado como humanismo assistencialista. Sua marca principal foi a concepção de extensão como projeto educativo amplo, cuja missão era difundir hábitos e costumes “modernos” à população do campo (RODRIGUES, 1997). Objetivamente, os serviços de extensão eram organizados em torno de uma equipe “paritária”, formada por um técnico agrícola ou engenheiro agrônomo e uma técnica em economia doméstica ou economista doméstica, sob o lema de “um agrônomo, uma professora e um jipe” (FONSECA, 1985). O segundo modelo, de caráter difusionista-produtivista, deslocou a extensão rural para a transferência de pacotes tecnológicos e maquinários agrícolas, desmobilizando em grandes partes o caráter messiânico que prevaleceu na primeira década de ação extensionista no país. Parece ter durado até o final da década de 1980, quando começou a ser questionado em sucessivas tentativas de superá-lo pela via de um terceiro modelo, humanista crítico; as críticas de Paulo Freire parecem ter sido o fio condutor, embora tenham logrado pouco êxito em se concretizar.

Nesses mais de 60 anos de existência, desde o seu primeiro modelo, o humanista assistencialista, a extensão rural carregou a marca de uma divisão entre uma equipe “produtiva”, composta por profissionais das ciências agrárias, e uma de “bem-estar social”, formada por profissionais das ciências sociais e sociais aplicadas. Apesar dessa marca e divisão, a inserção dos assistentes sociais parece ter ocorrido apenas mais tarde, a partir da década de 1980. A situação da ATER paranaense ilustra bem esse movimento geral, na medida em que lançou em 2014 certame para renovação do quadro de funcionários estatais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER⁵, disponibilizando 56 vagas para profissionais que integrariam a área de bem-estar social. Embora o número seja significativamente menor se comparado às vagas disponibilizadas para a área produtiva (que somavam mais de trezentas), é possível notar a intencionalidade de reestruturar as ações da área “social” sucateada institucionalmente desde a década de 1960. Chama também a atenção para a composição desse quadro, que disponibilizou 36 vagas para assistentes sociais e 20 para economistas domésticos.

⁵ Essa é a nomenclatura recente da instituição, após fusão dos órgãos de pesquisa e extensão rural estatais. O nome empregado até o fim de 2019 era Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR).

O lugar do assistente social nesse processo, diferentemente do percebido historicamente para os economistas domésticos, é ainda vago e dúbio. Primeiro, porque historicamente as agências de extensão rural sempre estiveram inclinadas a compor as equipes preferencialmente com economistas domésticos, mesmo que assistentes sociais tenham integrado as equipes em situações diversas no passado (AMARAL JUNIOR, 2019). Segundo, porque a emergência do assistente social como possível extensionista parece mesmo ter ocorrido após os intensos movimentos dos anos 1980, que representaram uma crise no modelo difusionista-produtivista da ATER, ao passo que encaminharam o debate público para uma percepção humanista crítica (*op. cit.*). Isso indica que a efetivação do profissional do Serviço Social na extensão rural parece ter sido dada por dois movimentos em específico, que marcaram os debates dos anos 1990 e 2000: a centralidade das políticas sociais para o campo e o fenômeno de pauperização rural.

Dessa maneira o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre as contingências históricas da inserção do profissional de Serviço Social na extensão rural paranaense e seus consequentes desdobramentos, no período de 1956 a 2020. O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfico-documental, segundo as formulações propostas por Gil (2008). A pesquisa também teve caráter documental na medida em que buscou consultar alguns instrumentos jurídicos que possuem *status* de fonte (como as leis que regulamentam a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa Nacional da Agricultura Familiar etc.) e documentos das agências de extensão rural. O recorte analítico foi o campo de atuação de assistentes sociais do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER, apreendido a partir de documentos públicos disponibilizados pelo Instituto.

2 Questão agrária e questão social

Apesar da gênese do Serviço Social brasileiro remeter já ao início do século XX, com as primeiras escolas inauguradas na segunda metade da década de 1930⁶, historicamente a extensão rural não só demonstrou preferência pelos profissionais de economia doméstica, conforme demonstrado em Amaral Junior (2020), como fomentou amplamente a abertura das escolas de Ciências Domésticas e cursos de economia doméstica pelo país (PINHEIRO, 2016).

Entender, portanto, o percurso histórico de aproximação e distanciamento da extensão rural com ambas as profissões demanda a compreensão de como essa política pública esteve associada à questão agrária e, conseqüentemente, à “questão social”.

⁶ Conforme demonstram diversos autores, como Montañó (2009); Iamamoto e Carvalho (2014); e Netto (2011).

O termo “questão social” surgiu na Europa de meados do século XIX no seio do debate conservador e indicava, principalmente, o fenômeno do pauperismo (NETTO, 2011). No conservadorismo, a “questão social” era vista como natural e inevitável, como legítima expressão da sociedade que não deveria ser objeto de modificação, mas de atenuação por meio de ações moralizantes (*op. cit.*). Foi somente mais tarde, com a formação de uma outra consciência de classe pelo proletariado e com a propagação de perspectivas mais críticas sobre a sociedade capitalista — incluindo o marxismo — que a “questão social” passou a ser vista como histórica, portanto mutável, correspondente necessariamente aos distintos estágios do capitalismo (*op. cit.*).

No sentido marxista da análise, a “questão social” não é necessariamente uma categoria, visto que não possui existência concreta, mas um conceito, uma vez que a concreticidade está dada em suas expressões (SANTOS, 2012). Segundo essa autora:

[...] é a expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista e contrapõe-se a outras perspectivas, cujos argumentos centrais para a abordagem da “questão social” são as mudanças nas formas de “sociedade e coesão social” (SANTOS, 2012, p. 17).

No Brasil, são as expressões da “questão social” que emergem do capitalismo monopolista que constituem a demanda de institucionalização do Serviço Social; isso explica, por consequência, sua expressiva absorção pelo Estado e sua relação histórica com as políticas sociais (NETTO, 2011). Daí também sua relação histórica com o proletariado urbano, pois a intensificação do processo de industrialização passou a demandar do Estado uma intervenção mais incisiva tanto para reprodução da força de trabalho por meio da difusão de um controle total da vida dos trabalhadores, quanto uma atenuação dos efeitos adversos resultantes da urbanização e da organização proletária (CASTRO, 2011).

Desse contexto, parece emergir historicamente um elemento importante para a análise proposta: o caráter massivamente industrial-urbano da inserção do assistente social, cuja atuação sempre esteve vinculada aos grandes centros urbanos, foco do processo de industrialização tardia instituído no Brasil (NETTO, 2011). Apesar de, como demonstra Castro (2011), o Serviço Social, desde sua origem ter se preocupado também com as expressões da “questão social” plasmadas no campo, é notória a concentração profissional em torno do proletariado urbano-industrial. Esse fenômeno explicaria, por exemplo, a efervescência inicial da profissão no eixo São Paulo-Rio de Janeiro e sua tendência histórica de concentração nas escolas e programas de pós-Graduação no Sul e Sudeste do país.

Esse cenário aponta, diametralmente para outro fenômeno: o surgimento do debate em torno da “questão agrária” brasileira, que coincide tanto com a institucionalização do Serviço Social no país, quanto com sua difusão pós-década de 1950. Segundo Stédille (2011, p. 15-16), a “questão agrária” pode ser de maneira geral definida como “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. Dessa forma, o conceito acabou sendo historicamente apropriado pelas diversas áreas de conhecimento, indicando o debate que se intensificou após os anos 1950 em torno do “problema agrário” brasileiro, que ultrapassa a simples questão fundiária e designa, de forma geral, as contradições políticas e sociais que emergiram no Brasil a partir do processo de ocupação, exploração e desenvolvimento econômico e social do campo (*op. cit.*).

A “questão agrária”, portanto, é também uma legítima expressão das contradições entre proletariado e burguesia, da relação capital-trabalho, com contornos peculiares advindos do processo de formação histórica do Brasil. Dessa forma, conforme demonstra Sant’Anna (2012), ela está vinculada de forma geral às expressões da “questão social”, diretamente relacionada ao movimento total do capitalismo.

No entanto, historicamente o Serviço Social tem demonstrado dificuldades em compreender a “questão agrária” como parte da “questão social” (SANT’ANNA, 2012). Segundo essa autora, daí resulta frequentemente a inserção dos assistentes sociais com uma perspectiva de atuação e intervenção particularmente orientada ao urbano-industrial, sem o conteúdo necessário para compreender os elementos históricos que se colocam sobre o campo brasileiro.

A gênese do Serviço Social, marcada pelo caráter urbano-industrial de seu recrutamento estatal para intervenção com o proletariado, pode ter contribuído sobremaneira para — aliado ao descaso histórico de políticas públicas voltadas ao campo brasileiro —, ter afastado os assistentes sociais dessa leitura da realidade particular.

No entanto, as mudanças operadas no sentido do enfrentamento da crise agrária brasileira a partir dos anos 1960 desencadearam uma nova conformação de políticas públicas que modificaram de forma expressiva elementos desse fenômeno. Segundo Lustosa (2012), a noção de Reforma Agrária adotada a partir da década de 1990 consolidou uma “contrarreforma”, baseada na privatização do enfrentamento das expressões da “questão social” do campo, no abandono de uma perspectiva redistributiva fundiária e na ênfase das políticas sociais, que passa a nuclear o enfrentamento da “questão agrária”.

Esse cenário, portanto, abre a possibilidade de instituir políticas diversas para o campo brasileiro, prevalecendo aquelas de caráter assistencialista e de transferência pontual de renda, comumente disfarçadas pelas mais variadas formas conceituais, como o apelo à “segurança alimentar e nutricional” e o “combate à fome” (LUSTOSA, 2012). Não obstante, no bojo desse cenário ocorre uma redefinição da política de extensão rural brasileira — desde a década de 1960 marcadamente produtivista —, um rearranjo dos instrumentos legislativos sobre parte da população do campo e, conseqüentemente, constitui-se um novo cenário para o recrutamento dos assistentes sociais na operacionalização de novas políticas.

3 O Serviço Social na extensão rural

Desde sua gênese no país, embora majoritariamente orientado ao proletariado urbano-industrial, o Serviço Social também esteve envolvido com temáticas relativas ao campo brasileiro, expressas em temas de trabalhos acadêmicos nas escolas da área, por exemplo (CASTRO, 2011). No entanto, parece relativamente mais acertado relacionar a aproximação entre o Serviço Social e a “questão agrária” a partir da ampla difusão do método de Desenvolvimento de Comunidades.

Foi no contexto pós-II Guerra que o Desenvolvimento de Comunidades começou a se difundir, sobretudo em países periféricos, tendo em sua gênese um caráter de aplicação marcadamente rural, visto que a maior parte desses países — caso do Brasil — tinha caráter predominantemente agrário (AMMANN, 2013). Em alguns momentos, conforme demonstra a autora, a trajetória de difusão e popularização do Desenvolvimento de Comunidades se encontra e se confunde com a realização das Missões Rurais, amplamente estimuladas e promovidas por parcerias público-privadas entre o Governo brasileiro, a Igreja Católica e instituições estadunidenses⁷. Nesse contexto, o Serviço Social, a partir da década de 1960, passou a aderir ao método de Desenvolvimento e Organização de Comunidades/Desenvolvimento de Comunidades, aproximando-se da realidade do campo e atendendo às demandas estatais, que vinculavam o Plano de Governo desenvolvimentista às técnicas preconizadas pelo referido método, que costumeiramente tratavam as soluções dos problemas comunitários em nível local, desvinculando-os das relações sociais e do modo de produção capitalista (AMMANN, 2013).

No entanto, exatamente a partir da Ditadura Militar pós-1964, as políticas agrárias e econômicas tenderam a se afastar de uma perspectiva moralizante do campo brasileiro, aproximando-se dos planos desenvolvimentistas que coadunaram com o “milagre econômico”

⁷ Do qual, importante destacar, a extensão rural também é resultado histórico.

do período. Isso significou uma ruptura com o modelo humanista assistencialista de extensão rural na direção de um modelo difusionista produtivista e, conseqüentemente, no desmonte da área de “bem-estar social”. Por isso, estima-se que embora o Serviço Social tenha encontrado no Desenvolvimento de Comunidades um ponto convergente para sua inserção nas agências de ATER, o realinhamento ideológico em torno do produtivismo suspendeu uma abordagem interdisciplinar, em favor de equipes compostas por profissionais exclusivamente das ciências agrárias. Esse cenário se esgotaria com o fim da Ditadura Militar, colocando também questões urgentes à reformulação da extensão rural brasileira que se estenderiam pelos anos 1990.

Dois fenômenos decorrentes desse cenário pós-1990 precisam ser, portanto, pontuados: a busca — considerada pouco exitosa — pela extensão rural em se reestruturar e a emergência da categoria “agricultura familiar”, que passou a embasar grande parte das políticas agrárias brasileiras. Como demonstra Rodrigues (1997), o modelo difusionista produtivista de extensão rural foi sucessivamente criticado — destaca-se aqui a incisiva crítica de Paulo Freire (2018) — embora seu pretensioso sucessor, o modelo humanismo crítico, tenha sido radicalmente suprimido em função de uma retomada das “supersafras” pela orientação neoliberal do Governo Collor. Lustosa (2012), por sua vez, demonstra como a emergência da “agricultura familiar” está atrelada ao discurso internacional desenvolvimentista neoliberal que, reconhecendo a existência de uma agricultura patronal e outra de base familiar, buscou incidir sobre ambas, segundo a lógica da tecnificação e do aumento da produtividade. Ou seja, procurou adotar estratégias diferenciadas para adaptação ao modo de produção capitalista segundo cada natureza de organização das unidades agrárias.

A análise da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e do seu referido Programa, o PRONATER, permite perceber que a “nova perspectiva” das políticas desse teor reside em um certo hibridismo entre o produtivismo e a diversificação de públicos, com escopo pouco definido de atuação e de estratégias macro para operacionalização da política. Seu desenrolar, ao que tudo indica, seguiria a linha geral de “agrorreformismo” sustentado por Veiga (2013) e Lustosa (2012), em que predomina uma suspensão da Reforma Agrária redistributiva, uma “terceirização” da intervenção no campo e a centralidade em políticas sociais de enfrentamento à pobreza.

Foi nesse contexto de reordenação que o assistente social passou a ser identificado como um profissional caro à extensão rural, conectando-o mais às expressões da “questão social” pela via das políticas sociais do que por intermédio do entendimento da “questão agrária”.

A conexão entre o Serviço Social e as políticas sociais, importante ressaltar, remete à década de 1930, representando um verdadeiro vínculo estrutural com a institucionalização do

Serviço Social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Essa relação está presente em toda a trajetória do Serviço Social brasileiro, intensificando-se em certos momentos e focalizando-se em outros, com demarcado retorno ao debate pós-1970 (*op. cit.*).

Na realidade paranaense, a descrição do perfil profissiográfico, a ausência de clareza nas diferenças substanciais de método e objetos dos assistentes sociais e economistas domésticos, além das fragilidades metodológicas da constituição da área de “bem-estar social” demonstram como, ao que tudo indica, a demanda do Serviço Social pela extensão rural é problemática (AMARAL JUNIOR, 2019). Isso porque aproxima o Serviço Social mais da mediação — as políticas sociais — do que da compreensão do objeto de intervenção, as expressões da “questão social” no campo, para as quais a compreensão da “questão agrária” é imprescindível.

Essa inserção, portanto, dos assistentes sociais no quadro da extensão rural paranaense, parece ter sido muito mais resultado de uma demanda estatal para a execução de políticas sociais pontuais no campo, do que uma leitura complexa das expressões da “questão social” daí decorrentes. Parece ter seguido, portanto, a linha de contrarreforma elaborada na esteira do “enfrentamento à pobreza”, como expõe Lustosa (2012).

Uma análise do Relatório de Atividades de 2017-2018 do EMATER-PR possibilitou perceber que essas premissas encontram reverberação na medida em que prevalece um conjunto de execução de políticas públicas mais focalizadas em públicos (como mulheres, jovens, indígenas e quilombolas) e tipologias de ação (como agroindústria e turismo), do que a partir de fenômenos sociais bem delimitados e expressões da “questão social” no campo com análises adequadas (AMARAL JUNIOR, 2019). A extensão rural recruta os assistentes sociais, portanto, a partir de uma visão tecnicista e fragmentada de seu vínculo histórico com as políticas sociais, reduzindo-o a executor de políticas públicas, muitas vezes com marcada carga humanista assistencialista. Nesse movimento, subtrai-se a capacidade desse profissional tanto em analisar as expressões da “questão social” em suas manifestações no campo, quanto em formular as políticas públicas para seu enfrentamento segundo outras perspectivas, considerando-se o movimento do capital.

4 Considerações finais

A extensão rural foi por muito tempo a única política pública que se direcionou a amplos estratos da população do campo no Brasil. Por isso mesmo, sua marca histórica sempre foi,

desde a implantação na década de 1950, o caráter polivalente que oscilava entre a educação não formal de amplo espectro e a assistência técnica focalizada.

Não foi por acaso, portanto, que o modelo extensionista inicialmente preconizado para o Brasil seguiu à risca as premissas daquele implementado nos EUA desde o final do século XIX. A equipe paritária, formada por um engenheiro agrônomo ou técnico agrícola e uma economista doméstica ou técnica em economia doméstica, foi o formato de ordem. Por isso, o Brasil viu crescer de forma considerável a partir da década de 1950 as “escolas domésticas” e os “cursos de Ciências Domésticas”, cuja principal intencionalidade era suprir a demanda da extensão rural.

De forma paralela, o cenário de industrialização e urbanização tardia do país fazia institucionalizar, desde a década de 1930, as escolas de Serviço Social, cuja conexão estreita com as expressões da “questão social” que remetem ao proletariado desse contexto coadunaram com a sua concentração em torno dos centros urbanos, principalmente no Sudeste do país. Assim, percebe-se que a institucionalização tanto da Economia Doméstica, quanto do Serviço Social, coincide historicamente em alguns elementos — como a demanda burguesa de intervenção no bojo do capitalismo monopolista — embora se diferencie pelas formas objetivas como se desenvolveram.

O estudo demonstrou, dessa maneira, que o relativo “atraso” de inserção dos assistentes sociais na extensão rural se deve a um conjunto de processos, e ocorreu de forma bastante particular. Primeiro, porque o modelo de extensão rural trazido segundo a experiência estadunidense demandava a construção de uma área de “bem-estar social” em torno das “artes domésticas”, cuja referência nos EUA eram historicamente as profissionais de *home economics*, amplamente aceitas e inseridas nas agências de extensão e nos colégios de caráter agrícola. Tudo isso, importante ressaltar, em um contexto de aproximação ideológica com os EUA, que influenciou todo um conjunto de políticas públicas da época, amparadas pelos acordos de cooperação internacional. Segundo, porque a gênese do Serviço Social brasileiro em torno das demandas burguesas em um contexto urbano-industrial parece mesmo ter concentrado a institucionalização profissional, nesse início, em torno das políticas sociais e iniciativas de caráter público-privado nesse contexto, como a inserção nas caixas de aposentadoria e pensões, por exemplo.

A aproximação histórica entre o Serviço Social e a extensão rural, portanto, parece ter ocorrido apenas mais tarde, segundo dois movimentos: o de aproximação com o método de Desenvolvimento de Comunidades, que embora tenha sido adotado já nos primórdios da extensão rural, encontraria reverberação no Serviço Social no contexto dos projetos

desenvolvimentistas da Ditadura Militar; e a emergência de um “agrorreformismo” na década de 1990, que moldou o enfrentamento da “questão agrária” segundo a execução de políticas sociais focalizadas, com destaque para aquelas de enfrentamento à pobreza.

Foi no contexto de mudança enfrentado pela extensão rural a partir dos anos 1990 que o Serviço Social passou a ser, efetivamente, demandado por essa política. Isso porque, conforme foi demonstrado, a ofensiva neoliberal atrelada às mudanças ideológicas que fizeram emergir a categoria “agricultura familiar” e um projeto “agrorreformista” de enfrentamento da “questão agrária” colocaram no centro do debate a demanda por profissionais capazes de executar políticas sociais específicas. Em consonância, a Economia Doméstica, já em curso de extinção, passou a ser uma opção pouco efetiva, embora não tenha sido necessariamente excluída das agências de extensão rural pelo país.

Pode-se perceber, portanto, que a extensão rural passou a demandar muito recentemente os profissionais do Serviço Social, segundo esse conjunto de contingências históricas bastante específicas. A forma como essa demanda foi objetivada, por sua vez, traz questões relevantes para a reflexão desse espaço socio-ocupacional que se abriu como uma nova possibilidade para os assistentes sociais.

A primeira delas diz respeito à necessidade de superar uma visão reducionista do assistente social apenas como executor de políticas públicas. Embora imbricado desde sua origem com as políticas sociais, o Serviço Social tem promovido uma formação profissional capaz de integrar as distintas etapas de formulação das políticas, bem como de entendimento das expressões da “questão social”, que são suas norteadoras. Intensos debates têm sido realizados — e destaca-se aqui aqueles pós-década de 1980 — em torno da superação do caráter conservador, tecnicista e subalterno da profissão, integrando estratégias desde a estrutura curricular comum para promover tais mudanças. Mesmo que a extensão rural demande o profissional de Serviço Social baseada em uma visão recortada e pontual, há possibilidades concretas de mudanças dessa realidade.

A segunda questão posta reside na fragilidade da relação com a Economia Doméstica. Dois fenômenos descritos no decorrer do trabalho devem chamar a atenção dos assistentes sociais: o fato de, em alguns casos, a estrutura extinta dos cursos de Economia Doméstica metamorfosear-se em Serviço Social; e o sombreamento profissional na extensão rural, promovendo praticamente um “espelhamento” entre ambos os campos. Foi demonstrado que, com atribuições específicas pouco estruturadas e com um recrutamento genericamente promovido em torno da “área social”, frequentemente a extensão rural tem mantido um escopo de trabalho muito próximo do esperado pela Economia Doméstica da década de 1950. Isso

significa que, ocorrendo uma mudança do perfil de profissional recrutado sem, no entanto, promover alterações significativas no escopo de trabalho — salvo algumas inclusões pontuais de políticas de transferência de renda — prevalece a tônica intervencionista da economia doméstica. Na prática, assistentes sociais acabam se ocupando de atividades como o gerenciamento de agroindústrias, práticas higienistas da produção de alimentos, cursos de artesanatos, entre outras diversas ações cujo conteúdo técnico pouco ou nada tem de correspondente à formação proposta pelo Serviço Social atual. Modificar esse espectro é condição necessária para evitar uma analogia com o Serviço Social tradicional, cuja trajetória profissional tem sido, desde os anos 1970, a de tentativa de superação.

Por último, a questão central que encerra o debate proposto reside na importância de compreensão da “questão agrária” como parte das expressões da “questão social”. Portanto, na possibilidade de inserção do profissional de Serviço Social como um sujeito profissional importante na superação das contradições capital-trabalho que tomam forma no campo brasileiro. O que significa que, superar as contradições postas do contexto de inserção dos assistentes sociais na extensão rural é condição necessária para que sua contribuição seja objetivada em todas as suas potencialidades de mudanças.

Referências

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica e Serviço Social: análise das contingências históricas de uma aproximação**. Em processo de publicação. 2020.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Questões teórico-metodológicas para o “trabalho social” na extensão rural**: desafios da ATER paranaense para economistas domésticos e assistentes sociais. Em processo de publicação. 2019.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social** - Fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e o Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-crítica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUSTOSA, M. G. O. **Reforma agrária à brasileira** - política social e pobreza. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974). 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. *In: Textos para Discussão - Senado Federal*, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em 20 de jan. de 2020.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, 1997.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial** - questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”** - particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2012. (Biblioteca Básico do Serviço Social, 6).

STÉDILLE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil e o debate da década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VEIGA, J. E. Fundamentos do agrorreformismo. *In: STÉDILLE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil e o debate da década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 81-110. v. 6.